

EDITORIAL

“Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres”. (PNUD)

De um lado temos os ricos, do outro os pobres. «Sempre foi assim, é a história da humanidade», dirão alguns. Talvez, mas é assim quando a Declaração Universal dos Direitos do Homem exige a dignidade de homem, e de cidadão, para todos; quando há mais de meio século se declarou solenemente o combate ao «atraso», à «pobreza», ao «subdesenvolvimento» e se montou uma poderosa indústria da cooperação que engloba toda a panóplia de boas intenções, de declarações e apoios, sábios e políticos, conferências e missões. É assim quando, em nome do «desenvolvimento» se hipoteca o futuro da humanidade rompendo a autoreprodução dos sistemas ecológicos. É assim quando sistematicamente se elaboram projectos para resolver definitivamente os grandes problemas da humanidade – tal como os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento – que obtêm grandes unanimidades políticas e onde desembocam sonhos e recursos, jantaradas e negócios, altruísmos e corrupções.

Décadas de buscas – mais orientadas pelo olfacto do lucro do que pela racionalidade do bem-estar – do desenvolvimento e da inserção destas preocupações, institucionalmente consagradas, na globalização, produziram, apesar de tudo algumas profundas mudanças, que nem sempre foram de acordo com a tendência espontânea da reprodução do sistema: os «desenvolvidos» reproduzindo cumulativamente a riqueza e os subdesenvolvidos reproduzindo a pobreza e a morte prematura. Mas essas rupturas de alteração das realidades locais, nacionais, regionais e internacionais parece não terem passado pela África Subsahariana.

Esta constatação «empírica», tão reveladora em tempos de «pragmatismo», exige reflectir sobre uma imensidade de problemáticas à luz dos conhecimentos actuais. Problemáticas interdisciplinares, interculturais, interparadigmáticas, frequentemente oscilando entre a Ciência e a Moral, a Filosofia e a Política. Problemáticas que frequentemente exigem lucubrações epistemológicas sobre a sua validade, sobre os espaços – simultane-

amente conceptuais e geográfico-sociais – da sua aplicabilidade, sobre as metodologias de resolução, sobre a codificação e descodificação na transição da realidade social para a construção dos modelos, sobre os conceitos utilizados, sobre a relação entre transformar e conhecer. Problemáticas e respostas que ora são complementares ora são desarticuladas, ora são conciliáveis ora são contraditórias.

Este número da revista assumiu como prioridade centrar a sua atenção sobre o desenvolvimento – que pode ser adjectivado de «humano», de «local», de «sustentado» ou de qualquer outro epíteto –, que tem de ser uma totalidade para expressar um processo de ruptura e de garantia de acesso à satisfação da necessidade biológica e socialmente básicas a todos os grupos sociais e a todos os seus elementos constitutivos.

Com a modéstia que é imperativo assumir ao tratar de tais «dossiers», apenas pretendemos contribuir para um debate que é universal e multifacetado, lançar pistas de reflexão.

Cabe ao leitor tirar as suas conclusões e fazer chegar até nós as suas opiniões, sendo o *site* do Centro (<http://www.africanos.eu>) o local ideal para tal.

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt